2026
V.19

História da Historiografia

International Journal of Theory and History of Historiography

ISSN 1983-9928

FAPEMIG

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia

UNIRIO

UFOP

Dossiê

D

O memorial acadêmico e seus tempos: a obra, a narrativa, a persona

Dossiê | Imagens de si

O memorial acadêmico e seus tempos: a obra, a narrativa, a persona

The academic memorial and its temporalities: the work, the narrative, the persona

Fernando Nicolazzi

fernando.nicolazzi@ufrgs.br

https://orcid.org/0000-0001-8789-0373

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil.

Resumo

O ensaio reflete sobre a escrita do memorial acadêmico como processo de autoavaliação e construção de uma narrativa sobre a trajetória docente. Nele, são exploradas as múltiplas temporalidades envolvidas na carreira acadêmica, situando-a como uma obra em constante construção, permeada pela relação entre vida e trabalho. O memorial é apresentado como gênero discursivo, diferenciando-o da autobiografia e enfatizando sua função institucional e avaliativa. Argumenta-se que sua escrita envolve a criação de uma *persona acadêmica*, ou seja, a figura do Professor Titular, que emerge da combinação entre as exigências burocráticas, a memória pessoal e a performance narrativa. A análise aborda ainda a tensão entre história e memória, questionando os limites entre o relato objetivo e a subjetividade inerente à escrita de si.

Palavras-chave

Memorial acadêmico, Temporalidades, Narrativas, Persona

Abstract

The essay considers the writing of the academic memorial as a process of self-assessment and the construction of a narrative about the teaching and researching path. It explores the multiple temporalities involved in the academic career, situating it as a work in constant construction, permeated by the relationship between life and labor. The memorial is presented as a discursive genre, distinguishing it from autobiography and emphasizing its institutional and evaluative function. It is argued that its writing involves the creation of an academic persona, that is, the figure of the Full Professor (*Professor Titular*), which emerges from the combination of bureaucratic requirements, personal memory, and narrative performance. The analysis also addresses the tension between history and memory, questioning the boundaries between objective reporting and the subjectivity inherent in writing about oneself.

Keywords

Academic memorial, Temporalities, Narrative, Persona.

Introdução

O memorial acadêmico para promoção docente é um momento ímpar para nos defrontarmos com nossa própria carreira, com os variados tempos que constituíram e permanecem constituindo a trajetória intelectual e institucional no trabalho de um professor ou professora universitária. Defrontar-se com os variados tempos de uma trajetória significa, em outras palavras, colocar-se diante da sua própria historicidade, das formas de temporalidade que determinam os sentidos assumidos pelo passado, pelo presente e pelo futuro em uma vida dedicada a essa modalidade bastante particular de trabalho em que o íntimo e o social, o privado e o público, por vezes são situados em espaços distintos, mas cujas fronteiras são marcadas pela porosidade e pelos múltiplos atravessamentos. Como recortar com nitidez, no cotidiano de um professor, aquilo que é da ordem do trabalho daquilo que é do âmbito da vida? Como separar de forma absolutamente abrupta atividades que por vezes se complementam e se justapõem, ao mesmo tempo em que se determinam mutuamente? Todo professor universitário ou professora universitária sabe disso: a simples ida ao cinema num momento de lazer, a corriqueira leitura de um romance banal num contexto de descanso, a mera visita a um lugar aleatório numa circunstância de ócio, todas essas e muitas outras são situações que, de forma involuntária e quase incontrolável, podem, muitas vezes, funcionar como gatilhos para se pensar sobre uma aula que estava planejada, sobre um texto em fase de esboço, sobre uma etapa da pesquisa ainda em estágio embrionário. E novamente, o plano do trabalho acaba por invadir, para o bem ou para o mal o espaço da vida.

A escrita de um memorial é, sem dúvida, um momento em que ponderações como essa acabam ganhando abrigo e tomando forma quando alguém se propõe a tal tarefa. Mas não só. Escrever um texto dessa natureza, marcado pela imprecisão conceitual, pela indefinição de gênero, pela variedade de regras institucionais que procuram circunscrever suas inúmeras possibilidades, é também colocar o próprio texto como objeto incontornável de reflexão. Salvo se a tarefa assumir um tom puramente protocolar e obediente às normas externas que buscam prescrevê-lo antecipadamente, não parece ser possível contornar as difíceis perguntas sobre o que é um memorial acadêmico. Como ele pode ou deve ser escrito? O que deve nele ser invariavelmente tema para a enunciação e o que necessita ser obrigatoriamente silenciado? A escrita esperada para ele é hoje a mesma que se previa há alguns anos ou décadas? O que cabe, enfim, num texto de natureza tão particular e o que nele não tem nenhum cabimento?

A proposta deste ensaio (pois não haveria outra forma que não a ensaística para discorrer sobre isso) é expor algumas dessas reflexões originadas da própria experiência de escrita de um

memorial acadêmico para fins de promoção na carreira docente do ensino superior[1]. Nesse sentido, este texto não equivale a um artigo em que resultados mais ou menos consolidados de um projeto de pesquisa são divulgados, tampouco pretende assumir um caráter primordialmente analítico em que, ao final, conclusões peremptórias são apresentadas. Não é seu objetivo oferecer respostas plenas àquelas indagações, mas, sem perdê-las de vista, avançar pelos caminhos que abrem e, então, discorrer sobre as inquietações que surgem na caminhada. Trata-se, no limite, de um *texto sobre um texto*, do gesto de se escrever sobre uma forma particular de escrita que, ao mesmo tempo em que está imbricada na particularidade de uma situação singular (foi a escrita de *um* memorial sobre a trajetória de *um* indivíduo que o motivou), busca, na medida do possível alçar-se, da forma como me foi possível fazer, a algum grau de generalidade, no sentido de que aquilo de que trato é do *meu* memorial, mas também *do* memorial enquanto gênero.

Para tanto, essa caminhada segue por um percurso bastante específico. Num primeiro momento, a partir de uma leitura livre de parte do livro *A condição humana*, de Hannah Arendt, sugiro pensar a carreira acadêmica como obra, situada entre as dimensões da vida e do trabalho. Tais considerações permitem ainda situar a obra no tempo, ou seja, favorecem o esforço de temporalização que abarca os múltiplos tempos da carreira, os quais ganham sentido na forma narrativa que caracteriza o memorial. Defendo com isso que, no jogo entre multiplicidade temporal e processo narrativo, é o *vir a ser professor* o tema fundante do relato memorialístico. Em seguida, o memorial como gênero é abordado, distinguido de uma história de vida e marcado pelo traço distintivo de ser uma escrita em que seu sujeito (aquele que escreve) é também seu objeto (aquele sobre o que se escreve). Argumento que, a despeito do conjunto documental mobilizado para sua feitura, o que o aproximaria do trabalho próprio da historiografia, é justamente o trabalho da memória que prepondera no gênero. A seção retoma brevemente a historicidade dessa forma discursiva, indicando algumas características principais assumidas nas últimas décadas (a dimensão subjetiva e o pendor literário), e aborda as diferenças principais em relação à autobiografia. Além disso, sua função específica no plano de um processo avaliativo é discutida a partir da forma como um contrato de leitura se estabelece, primordialmente aquele mantido entre autor e comissão de avaliação, sob o amparo de tudo o que a instituição define como sendo suas regras.

Nas duas últimas seções do ensaio, busco, em primeiro lugar, considerar o memorial como *estória*, isto é, como uma forma de colocação em enredo de uma experiência particular. Defino o memorial, na esteira das colocações de Jaume Aurell em seu diálogo com Hayden White, como um *artefato acadêmico*, cujas características principais devem ser situadas entre o tempo próprio

1 Seu contexto de produção remete ao processo de promoção funcional para a categoria de Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, finalizado com a apresentação de meu Memorial Acadêmico para a comissão de avaliação em 21 de outubro de 2024. Os agradecimentos devidos seguem ao final do artigo.

da memória de seu autor e o tempo próprio da historicidade do campo disciplinar ao qual está vinculado. A partir daí, as relações entre o dado pela experiência e o inventado pela narrativa tornam mais complexas as relações, nessa forma de escrita de si que é o memorial, entre o real e a ficção. Meu argumento é que o lastro empírico fornecido pela documentação comprobatória é articulado à dimensão memorialista que o gênero pressupõe, trazendo para o primeiro plano a dupla relação salientada por Paul Ricoeur em sua análise das relações entre história e memória: o caráter de veracidade da primeira e o de fidelidade da segunda.

Na derradeira seção busco sustentar a ideia de que, no jogo entre o dado e o inventado que a narrativa memorial realiza, é uma determinada *persona* que o gênero acaba por manifestar e constituir, ganhando essa nova camada à qual instituição dá o nome de Professor Titular. Com isso indico que, além das virtudes éticas e epistemológicas que conformam a persona acadêmica de qualquer historiador ou historiadora, as virtudes institucionais são igualmente relevantes nesse processo, pois, ao fim e ao cabo, o que está em jogo é uma promoção funcional.

Entre o trabalho e a vida: a carreira como obra

Logo no início de seu romance intitulado *A mais recôndita memória dos homens*, publicado originalmente em 2021, o escritor senegalês Mohamed Mbougar Sarr sugeriu que "de um escritor e sua obra, pode-se saber ao menos uma coisa: os dois caminham juntos pelo labirinto mais perfeito que se possa imaginar, uma rota longa e circular cujo destino se confunde com a origem: a solidão" (Sarr, 2023, p. 15). Fiz a leitura do livro de Sarr quando começava a escrever meu memorial acadêmico para a promoção a Professor Titular, essa posição que é considerada hoje o "topo" da carreira de um docente de universidade federal no Brasil.

Sem supor que o que estava em jogo fosse a relação entre um escritor e sua obra, tal trecho impôs a mim, naquele momento, uma reflexão inesperada: se é certo que a profissão de um docente pode e deve ser considerada como *trabalho* (em seus sentidos sociais, jurídicos, morais e pecuniários), pode a carreira de um professor universitário ser pensada como *obra*? Obviamente não me refiro somente à noção de obra como objeto resultante de uma ação ou como o resultado de uma produção específica, categoria cara a certa abordagem textual: um livro ou o conjunto de textos de um autor considerado como obra. Tampouco pretendo atribuir ao termo os sentidos puramente estéticos que a teoria e a história da arte normalmente assumem ao considerar esse ou aquele objeto como obra (de arte). A noção aqui assume outros significados.

Penso antes na obra [*work*] como o efeito prático de uma atividade particular, consequência da ação de *obrar* ou de fabricação realizada pelo *Homo faber* de que fala Hannah Arendt, diferenciando-o do *Animal laborans*, mais restrito à dimensão biológica, que a filósofa situa

no plano do trabalho [*labor*] (Arendt, 2010)[2]. Nesse sentido, o significado dicionarizado do termo ajuda a concentrar na mesma palavra seja "aquilo que resulta de um trabalho, de uma ação", seja o "objeto resultante do trabalho" (de um operário, de um artista ou de um artesão, mas seria possível acrescentar ainda de um professor), seja o "conjunto das ações realizadas por alguém [...] em vista de um certo resultado", seja ainda "a produção total de um artista, de um cientista" (Houaiss, 2011, p. 2042-2043). Assim, cabe desdobrar a pergunta: o conjunto amplo de ações, atividades, condutas, procedimentos, práticas, produtos, todo o trabalho, enfim, que define o exercício deste ofício singular conforma, ao fim e ao cabo, uma obra? Se sim, quais os contornos ou características por ela assumidos? De que obra mais especificamente estamos falando? O memorial seria, de alguma forma, o registro narrativo dos momentos que constituem e dão sentido a essa obra?

Considerar a carreira universitária como obra a ser narrada implica necessariamente situar o tempo como seu eixo estruturante, tanto na perspectiva da simples cronologia, quanto na noção mais complexa de temporalidade, encarada aqui como uma *experiência de tempo*. Michel Fabre oferece alguns elementos importantes para o desenvolvimento dessa perspectiva quando problematiza a ideia, recorrente em diversas ocasiões, de "fazer da sua vida uma obra" (Fabre, 2004). O filósofo recorre à tradição aristotélica para diferenciar o campo da *práxis* do campo da *poiese*; o primeiro, normalmente colocado no plano da ação, é aquele em que a distinção entre sujeito e objeto se torna difícil (como separar, por exemplo, a vida do vivente?), enquanto no segundo, mais próximo da dimensão artística, tal distinção emerge como condicionante (o escultor não pode ser confundido com sua escultura). Assim, quando pensamos que alguém fez de sua vida uma obra, como situar qual o sujeito e qual o objeto dessa ação? No caso específico de uma vida acadêmica, quando o que emerge como fato principal é a formação intelectual no interior de uma instituição, o indivíduo é o sujeito que se forma a si mesmo, segundo condicionantes institucionais, ou, por outro lado, é o objeto formado no espaço próprio da instituição?[3]

Para tentar sair do dilema que Aristóteles colocou, Fabre se volta à filosofia contemporânea e, particularmente, às considerações já mencionadas de Hannah Arendt. Para o comentador, a filósofa buscou situar a obra [*work*] entre o âmbito do trabalho [*labor*] e o da vida [*life*], encarada pela ideia de ação [*action*]; portanto, sem se confundir ou se justapor à própria vida. Nesse sentido, a obra emerge não como o corolário da vida, mas como o produto da fabricação do *Homo faber*, um produto que toma a forma de um tempo que não equivale ao tempo dos ciclos biológico e natural. Como indica Arendt, "a obra proporciona um mundo 'artificial' de coisas nitidamente diferente de

2 O livro, publicado em inglês, faz uma diferenciação entre *labor* e *work*. A tradução consultada, ao contrário de traduzir os termos respectivamente por labor e trabalho, optou por transpor *labor* ao português como trabalho e *work*, como obra.

3 Nesses termos, Fabre indaga: "o aluno é um produto que a escola deve fabricar ou, ao contrário, deve ser considerado como um ator livre da sua própria vida?" (Fabre, 2004, parágrafo 6).

qualquer ambiente natural" (Arendt, 2010, p. 8). A proposta aqui colocada, então, é tentar pensar em que medida a carreira acadêmica pode ser encarada como uma obra, ou seja, algo que não equivale tão somente à dimensão material do trabalho, tampouco corresponde ao dado amplo da vida em seu sentido social e biográfico. A carreira pensada como obra é a expressão que articula o trabalho acadêmico com a vida individual, sem perder de vista a carga temporal que essa reflexão impõe. Afinal, se a obra e "seu produto, o artefato humano, conferem uma medida de permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano" (Arendt, 2010, p. 8), não há como desvencilhar a questão da carreira da questão do tempo.

Assim, se o tempo aparece como elemento estruturante para um memorial sobre a carreira acadêmica, ele obviamente traz a reboque a condição narrativa que a tarefa compele. Como afirma Fabre, dessa vez seguindo os passos de Paul Ricoeur, "o que sou não me é diretamente acessível, eu não me descubro senão em uma história e refletindo posteriormente [*après-coup*] sobre meus atos" (Fabre, 2004, parágrafo 15). Tal constatação, no entanto, não vem desprovida de dúvidas: "o eu que narra [*raconte*] e o eu narrado [*raconté*] são um mesmo eu?" (Fabre, 2004, parágrafo 15). Colocando tal indagação nos termos que interessam aqui, caberia perguntar se o eu-historiador que assume o posto de narrador do memorial e o eu-historiador que é nele narrado podem ser de alguma forma intercambiados no gesto de historicizar a si mesmo a partir da chave da memória? Minha resposta será positiva, desde que se considere a particularidade dessa narrativa: ela não equivale ao enredo de uma vida, no sentido do registro autobiográfico, mas sim do relato de uma carreira, considerada como obra. Cabe então explicitar melhor os termos que embasam esse entendimento e as relações entre narrativa e temporalidade que podem nortear a feitura de um texto tão particular como um memorial acadêmico.

A narrativa da obra que toma forma no memorial de algum historiador ou historiadora não é feita apenas a partir do anseio individual de prestar contas consigo mesmo, como se em algum momento se lhe arrebatasse o pendor para a autobiografia; trata-se antes de uma determinação institucional que delimita o gênero como uma das modalidades possíveis e aceitáveis de apresentação de si para a *promoção* na carreira (a outra sendo a tese acadêmica). Na definição que a instituição oferece, a promoção equivale à passagem do servidor de uma classe para outra subsequente, lembrando que as classes, salvo a de Titular, são atualmente compostas por níveis cujo deslocamento de um para outro equivale a uma *progressão*. Além disso, normalmente se coloca como condição para a progressão e para a promoção o cumprimento de um *interstício* específico de 24 meses, dentro do qual uma série de atividades e metas precisam ser cumpridas. Ou seja, tanto a terminologia (promoção, progressão, interstício) como a regra usada para definir as etapas que estruturam a vida institucional do docente de uma universidade federal (o intervalo de dois anos) estão fundadas em uma compreensão ao mesmo tempo cronologizada e temporalizada da carreira.

Portanto, se é possível pensá-la usando a ideia de obra, trata-se de uma obra que se constitui tanto *no* quanto *pelo* tempo.

A natureza deste tempo da obra, como sugerido, se desdobra em duas dimensões principais. Por um lado, há a simples cronologia que fundamenta suas etapas. O interstício de dois anos faz da obra um percurso que é predominantemente teleológico: caminha-se nele como quem sobe os degraus previamente estabelecidos de uma escada, já conhecendo qual é o seu possível andar final. Isso não significa que necessariamente se chegue a ele, pois tudo depende da ação feita pelo docente de pleitear ou não a progressão ou promoção desejadas, assim como tudo depende do cumprimento ou não dos requisitos estabelecidos para tanto. Como se sabe, são muitos os que param em um determinado andar, por opção ou condição, ou os que definem um ritmo mais lento para a subida. Mas o que importa reconhecer é o fato de que fora do percurso que encaminha à posição de Professor Titular, fora dessa escada, não há desvio possível: alguma posição nela será sempre ocupada. Pode-se, obviamente, por decisão deliberada ou por contingências da vida, não cumprir todo o percurso, mas sair dele é algo inviável. Auxiliar, Assistente, Adjunto, Associado, Titular, todas essas são as categorias (com alguma ramificação conforme cada caso ou regra vigente) que definem a posição do docente, o que significa também, de certo modo, situá-lo no tempo próprio da carreira que, obviamente, não equivale ao tempo da vida. A obra, então, possui sua cronologia específica e institucionalmente bem delimitada. Por isso é que a promoção para Titular é normalmente encarada como o "topo" da carreira (daí a metáfora ascendente da escada), o ponto culminante da obra: seu fim que já está previsto desde o princípio.

É, contudo, a outra dimensão da temporalidade que coloca os desafios mais importantes para a reflexão, aquela que aproxima a obra não apenas da dimensão institucional da carreira, mas da própria vida do docente, que nem sempre obedece à linearidade de eventos separados por interstícios previamente definidos. Afinal, se por um lado a carreira impõe, pela cronologia, um sentido eminentemente teleológico para a obra, ao narrá-la, criando uma espécie de sincronia entre percurso institucional e trajetória de vida, não estaríamos sujeitos ao risco de cair na chamada "ilusão biográfica", de fazer da própria vida a sucessão de etapas cronologicamente quantificáveis e ordenáveis? Ou seja, o sentido "etapista" e cronológico da instituição não acaba por condicionar de alguma forma essa narrativa à teleologia, a ponto de nela aceitarmos irrefletidamente "o postulado do sentido da existência [*sens de l'existence*]" sobre o qual advertiu Pierre Bourdieu em sua conhecida crítica à projeção da filosofia da história para as histórias de vida e, pior, de a subsumirmos à mera ordem da cronologia? (Bourdieu, 1986, p. 69). O historiador que assim o fizesse não estaria cedendo, sem qualquer objeção, à propensão inconsciente de "introduzir na curva de sua existência uma coerência emprestada", como sugeriu René Rémond em seu ensaio de ego-história? (Rémond, 1989, p. 288).

Bourdieu desconfiou da ideia de que a noção de *vida* constituiria "um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma 'intenção' subjetiva e objetiva, de um projeto" (Bourdieu, 1986, p. 69). Ora, podemos nos impor a pergunta: tratar a carreira como obra e fazer do memorial sua narrativa não guardam semelhanças com o anseio de se biografar ou autobiografar uma vida, trazendo os perigos de que falou o sociólogo francês quando sugeriu que "produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, quer dizer, como o relato coerente de uma sequência significante e orientada de eventos, é talvez sacrificar-se a uma ilusão retórica, a uma representação comum da existência, que toda uma tradição literária não cessou e não cessa de reforçar"? (Bourdieu, 1986, p. 70). Para ele, haveria um problema de fundo no gesto de se justapor à ideia de vida a noção de um *Eu* constante e irredutível, conformador e determinante dos traços de uma identidade da qual a vida seria apenas uma expressão exterior e o nome próprio sua insígnia definidora: "tentar compreender uma vida como uma série única e em si suficiente de eventos sucessivos sem outro elo que não a associação a um 'sujeito', cuja constância não é sem dúvida se não aquela do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar [*rendre raison*] o trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, ou seja, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações" (Bourdieu, 1986, p. 71).

Se, normalmente, as discussões em torno da prática biográfica mobilizam as considerações de Bourdieu para sinalizar que se está evitando ou tentando evitar a tal "ilusão retórica", cumpre indicar desde logo que o gesto aqui assumido para a escrita de um memorial, que não equivale propriamente a uma autobiografia, é o de caminhar em direção aos possíveis sentidos ilusórios que a narrativa da obra impõe. Em outras palavras, o pressuposto inicial que mobiliza o entendimento a respeito do gênero aqui defendido é o de que há, sim, um sentido intrínseco à obra relatada e que ela pode e deve ser encarada como um conjunto "coerente e orientado", implícito no qual existe, desde logo, uma intencionalidade ao mesmo tempo subjetiva e objetiva que define um certo projeto[4]. Isso não significa, por outro lado, considerar que em essência preexista, seja lá qual for sua natureza, um sujeito solar sob o abrigo do qual já estaria prefigurado aquele sentido. Na preciosa formulação feita por Angela de Castro Gomes, em diálogo direto com as considerações de Bourdieu, "é exatamente porque o 'eu' do indivíduo moderno não é contínuo e harmônico que as práticas culturais de produção de si se tornam possíveis e desejadas, pois são elas que atendem à demanda de uma certa estabilidade e permanência através do tempo" (Gomes, 2004, p. 13).

Assim, aquela "intenção subjetiva e objetiva" mencionada por Bourdieu é historicamente definida e se modifica com o tempo, modificando por sua vez os contornos próprios do projeto

4 Scarlet Marton, em seu Memorial Acadêmico, recordou as palavras com que iniciou outro memorial escrito por ela alguns anos antes para o concurso de livre-docência: "para o outro, [o memorial] cria a ilusão da identidade; para o eu, a da coerência" (Marton, 2003, p. 16). Agradeço ao amigo Alexandre Avelar pela indicação da referência.

indicado pelo sociólogo, tornando historicizáveis tanto o sujeito quanto a obra. Ainda seguindo as palavras de Castro Gomes, é próprio das tensões constitutivas do individualismo moderno o jogo sempre impreciso e constante entre o anseio pela linearidade e pela coerência e a constatação de uma experiência incompleta e fragmentada. Trata-se, portanto, de "um indivíduo simultaneamente uno e múltiplo, e que, por sua fragmentação, experimenta temporalidades diversas em sentido diacrônico e sincrônico" (Gomes, 2004, p. 13). E como Paul Ricoeur já advertiu há algumas décadas, diante da heterogeneidade do tempo que conforma a experiência, a narrativa oferece as condições propícias para a síntese dessas temporalidades (Ricoeur, 1994, p. 102).

Quem sabe, então, essas considerações não têm algo a ver com o labirinto de que fala Mbougar Sarr, tornando viável considerar que na origem e no destino dessa "rota longa e circular", onde os acasos discordantes do tempo tensionam os significados concordantes do relato, persiste a ação voluntária do *vir a ser professor*, tema por excelência da narrativa. Como se percebe, isso significa não perder de vista em nenhum momento durante a escrita do memorial as múltiplas imbricações entre o tempo cronológico da instituição e o tempo-experiência da ação. Da mesma forma, isso implica enfrentar a questão que o gênero, enquanto uma forma de escrita de si, desde logo, impõe a quem se aventura por ele: pensar as múltiplas temporalidades que constituem este *si* e que caracterizam a obra. Novamente aqui vale mencionar as palavras de Castro Gomes: "as práticas de escrita de si podem evidenciar, assim, com muita clareza, como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão. Também, podem mostrar como o mesmo período da vida de uma pessoa pode ser 'decomposto' em tempos com ritmos diversos: um tempo da casa, um tempo do trabalho etc." (Gomes, 2004, p. 13). Se, contudo, não é da natureza do gênero fazer seu leitor ou leitora adentrar o espaço íntimo da casa, é o tempo próprio do trabalho ou, nos termos emprestados de Hannah Arendt, o tempo da obra [*work*], que é preciso decompor e multiplicar.

O gênero memorial

Tão institucional quanto pessoal, o memorial cumpre duas funções bastante distintas, ainda que complementares. Por um lado, busca respeitar os requisitos que a burocracia acadêmica estabelece para a promoção na carreira de professor universitário. É a condição para se tornar um assim chamado *Professor Titular*, docente enquadrado na classe "E" da estrutura institucional; posição que hoje, à diferença do que seria para uma ou duas gerações anteriores, assume menos o caráter de um título nobiliárquico no pequeno reino da academia do que o *ponto final* (pelo menos até que uma nova reforma administrativa venha a mudar isso) na configuração funcional de um servidor público docente de universidade federal – um ponto final a que se pode chegar muito cedo e

talvez cedo demais. Este fato torna possível que a maior parte do tempo institucional de um docente seja vivida na condição de Professor Titular, situando aquele ponto final em uma posição muito aquém do final da carreira. Um docente nascido no final dos anos 1970, que iniciou sua formação cerca de 20 anos depois e ingressou em cargo efetivo no final da década de 2000, hoje poderá ser promovido à classe "E" tendo ainda pela frente pelo menos outras duas décadas de atuação para uma aposentadoria sem grandes perdas salariais. Mais que um sinal de distinção simbólica, portanto, a promoção se torna o traço permanente de uma condição comum. Quais os significados e os efeitos da permanência tão longa neste espaço que, provisoriamente e sem ironia, pode ser chamado de *fim* da carreira (no duplo sentido que a palavra *fim* carrega), eis algo sobre o que, de uma maneira ou de outra, a escrita de um memorial leva a refletir.

Há, portanto, uma segunda função cumprida pelo memorial. Ela diz respeito à tarefa, tão difícil quanto proveitosa, de voltar contra sua própria trajetória acadêmica aquilo que Nietzsche chamou de "ferrão" dos historiadores[5]. Ou seja, trata-se de, junto com o esforço de rememorar um percurso, historicizar uma vida acadêmica. Tal tarefa de historicização, porém, assume traços bastante específicos, pois se um memorial pode ser muitas coisas, talvez não seja precisamente uma história da vida profissional. E isso devido ao fato, ao mesmo tempo banal e carregado de complexidade, de que *aquele que o escreve é também aquele sobre o que se escreve*. Ainda que se pudesse denominar isso de uma história de si, ela não teria outra chave possível senão a da memória. Pois se podemos juntar uma documentação considerável para escrever um texto dessa natureza, projetando sobre cada material um olhar metodicamente conduzido, analisando seus pormenores e buscando uma explicação para o que de fato aconteceu (em suma, fazer história), a preponderância será sempre não daquilo que se analisa escrupulosamente, mas sim daquilo que é buscado como recordação pessoal, nesse processo mnemônico que diferentes autores e autoras já definiram, segundo outras intenções, como *trabalho de memória* (Ricoeur, 2000; Jelin, 2012).

Este trabalho de memória, por sua vez, ganha concretude apenas a partir de um gênero discursivo particular que demanda algumas precisões. De início, pode-se seguir por seus significados dicionarizados: 1. "relato de memórias"; 2. "obra, relato concernente a fatos ou indivíduos memoráveis; memórias"; 3. "caderneta para apontar aquilo que se deseja lembrar"; 4. "monumento comemorativo"; 5. "digno de ser lembrado; memorável"; 6. "aquilo que faz lembrar". Todas essas são definições encontradas no Dicionário Houaiss (Houaiss, 2001, p. 1890-1891). O termo se refere, então, a um tipo de relato; a um suporte específico para lembranças; a um objeto arquitetônico; a uma condição cultural. Trata-se, como se vê, de palavra polivalente cujos sentidos cobrem um

5 "A própria história *deve* resolver o problema da história, o saber *deve* voltar seu ferrão contra si próprio" (Nietzsche, 2005, p. 142, tradução adaptada).

extenso campo de possibilidades. Desde logo, portanto, é preciso delimitar do que se está falando quando se fala de memorial. Seguirei, para isso, por dois caminhos: pensá-lo em sua historicidade e considerá-lo de acordo com suas funções próprias. E, antes de mais nada, colar ao termo um qualificativo que já estabelece alguns limites próprios: trata-se aqui de um *memorial acadêmico*.

O memorial acadêmico é um gênero de escrita institucional que, no Brasil, possui peculiaridades definidas pela sua natureza formal e pelo escopo de seu conteúdo. Se suas origens distantes remontam, supõe-se, à tradição francesa dos *Exposés des titres et travaux scientifiques*, sua emergência local é contemporânea ao próprio surgimento das universidades, na década de 1930 (Câmara, 2012; Câmara e Passeggi, 2013; Silva, 2014; Silva, 2015a; Silva, 2015b; Silva, 2016). Distinto do chamado memorial de formação, que normalmente é feito por estudantes durante o processo formativo, de modo supervisionado e como requisito para o cumprimento de créditos, o memorial acadêmico está predominantemente ligado ao processo avaliativo e autoavaliativo de docentes do ensino superior, tanto para o ingresso na carreira como para progressão ou promoção funcional (Câmara e Passeggi, 2013). Definido por critérios institucionais estabelecidos a partir de normas, resoluções ou editais específicos, que determinam exigências mínimas para sua aprovação por parte de uma banca constituída especialmente para este fim, o gênero passou por transformações importantes ao longo de sua história. Sem ter condições para desenvolver com mais vagar as características gerais de sua historicidade, basta, por agora, indicar um traço distintivo assumido sobretudo a partir das duas últimas décadas do século XX, a saber, sua ênfase subjetiva e seu pendor literário, o que se vincula a paradigmas distintos, mas inter-relacionados, que são definidos por expressões como *giro subjetivo, giro linguístico, giro afetivo, giro performativo* e outras variantes.

Distanciando-se do modelo mais próximo do relatório de atividades científicas e acadêmicas que, quando muito, envolvia uma simples organização discursiva do *curriculum vitae*, perceptível em memoriais produzidos entre as décadas de 1950 e 1970, as pesquisas mais recentes sobre o gênero indicam que a subjetividade narrativa passa a ser estruturante a partir dos anos 1980, articulando o chamado "retorno do sujeito" com o pendor "autobiográfico" que habita o contexto literário contemporâneo. Jaume Aurell, em seu estudo sobre escritas autobiográficas de historiadores e historiadoras, identifica algo similar. Para ele, "as coisas mudaram radicalmente na maneira de conceber e de escrever autobiografias de historiadores depois dos anos 1970". Tais mudanças abriram duas veredas diferentes: "primeiro, a narrativa autobiográfica poética e finalmente [...] as autobiografias de intervenção [*interventional autobiographies*]" (Aurell, 2016, p. 24).

Nesse sentido, situando-se em uma zona fronteiriça com outros gêneros que também investem na dimensão propriamente subjetiva do relato (as confissões, as autobiografias, os diários íntimos, as ego-histórias), o memorial pode ser enquadrado de forma mais ampla como uma das

muitas modalidades daquilo que Michel Foucault chamou – a respeito das formas de estetização da vida entre os antigos – de *escrita de si*, e que hoje tem se constituído em verdadeiro campo de pesquisa (Foucault, 2001; Gomes, 2004). Para Wilton Carlos Lima da Silva, "o memorial acadêmico remete o acadêmico-autor-narrador a uma situação bastante particular ao situá-lo em uma escrita de si, mas que não é o gênero autobiográfico, nem o gênero diarístico, pois, embora apresente o objetivo de dar forma a uma história do autor entre um fundo histórico-cultural e uma subjetividade específica, sua proposta estabelece um recorte no qual a dimensão pública e profissional ocupa uma centralidade" (Silva, 2015b).

Se a diferença em relação ao gênero diário parece mais evidente, tornando dispensável um desenvolvimento mais apurado, em relação à autobiografia as coisas mudam de figura e as fronteiras se tornam mais porosas. Afinal, o que distingue um tipo de escrita do outro? Embora a fortuna crítica a respeito da autobiografia seja imensa e inalcançável para os fins deste ensaio, restrinjo-me a uma das definições disponíveis. É Philippe Lejeune quem a oferece: "narrativa [*récit*] retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, na medida em que enfatiza [*met l'accent sur*] sua vida individual, em particular sobre a história de sua personalidade" (Lejeune, 1996, p. 14). Narrativa retrospectiva em prosa e realidade existencial da pessoa que narra são elementos intercambiáveis entre memorial e autobiografia. A questão se torna menos evidente quando o foco na vida individual é colocado e, sobretudo, quando a personalidade se torna objeto. Abordando especificamente as formas de escrita autobiográfica feitas por acadêmicos, Jeremy Popkin inseriu algumas especificidades na definição: "por autobiografia acadêmica, refiro-me a um texto publicado apresentado como um relato verídico da própria vida do autor, escrito por alguém que passou uma parte significativa dessa vida como membro profissional de uma disciplina acadêmica, e no qual o papel dessa disciplina acadêmica na vida do autor é evidente, seja no conteúdo, seja na construção da narrativa, ou em ambos" (Popkin, 2001, p. 801).

Para Popkin, as múltiplas interações entre vida do autor e disciplina acadêmica acabam por estabelecer restrições para este tipo de autobiografia que talvez não existam nas autobiografias literárias ou naquelas cujo objeto não é alguém inserido no contexto universitário. Levando em conta ambas as definições propostas e mantendo sempre certa distância em relação ao gênero autobiográfico, para as pretensões assumidas aqui considera-se que, no memorial propriamente acadêmico, o individual não é abordado senão a partir das condições sociais que o definem. Neste caso, as dimensões disciplinares do campo intelectual e institucional da profissão serão determinantes para isso, e o autoexame da personalidade pode ser completamente desconsiderado em proveito da análise crítica da trajetória, que é muito menos pessoal do que normalmente se pressupõe. Se, então, a autobiografia pode ser encarada a partir de algo próximo à "tentação biográfica", a reflexão aqui proposta busca evitar essa forma própria de biografismo centrada no gênio individual e numa

espécie de heroicização de si por parte do historiador ou da historiadora. Como sugere Leonor Arfuch, "o registro fugaz da existência, esse decorrer cotidiano sujeito às vicissitudes do tempo e do acontecer, essa sensação de que tudo foi rápido demais – ou não nos detivemos a pensar –, anima o que poderíamos chamar de *tentação biográfica*, o desejo de deixar pegadas, além das obras ou da lembrança dos que estão próximos, numa narrativa que perdure e que nos sobreviva" (Arfuch, 2023, p. 35).

De qualquer forma, não é minha pretensão recusar que o gênero memorial, de um modo bastante singular, possa ser localizado no que Arfuch chamou de "espaço biográfico". Para ela, "o 'espaço biográfico' operou então não como uma simples acumulação fortuita de gêneros discursivos, mas como uma trama simbólica, epocal, um horizonte de inteligibilidade para a análise da subjetividade contemporânea" (Arfuch, 2023, p. 22). Neste caso, a dimensão biográfica ou autobiográfica vincula-se a uma necessidade institucional (a apresentação do memorial à banca como requisito de promoção) e a uma restrição muito bem delimitada (não é a totalidade de uma vida o que se deve narrar, mas sim os eventos próprios de uma trajetória profissional). Além disso, há uma função inerente ao gênero que não equivale ao simples anseio pessoal de contar sua história: sua motivação não nasce necessariamente do sujeito que escreve, como se fosse tão somente a expressão do desejo, mas sim da instituição à qual é submetido, que determina e regulamenta um processo avaliativo para isso.

Portanto, se o sujeito que narra é sobretudo um indivíduo que ocupa uma posição definida na hierarquia funcional da instituição, o sujeito narrado é sempre um *sujeito avaliado*, seja como avaliação pessoal da trajetória, feita pelo narrador em seu intento de autocrítica, seja como avaliação por parte de outrem, feita pela banca constituída precisamente para este fim. Dessa forma, retomando a contribuição de Lejeune, o significativo para o gênero memorial acadêmico talvez sejam menos os elementos formais que o definem do que essa relação estabelecida entre aquele que escreve e quem o lê, ou seja, o "contrato de leitura" ou o "pacto" que se mantém pelo memorial. Seria viável, inspirado pelo crítico francês, considerar aqui uma espécie de *pacto memorialístico*?

Para Lejeune, "um gênero literário é um conjunto variável, complexo, de um certo número de traços distintivos que devem, de início, ser apreendidos sincronicamente dentro do sistema geral de leitura de uma época, e analiticamente pela dissociação de fatores múltiplos cuja hierarquização é variável" (Lejeune, 1996, p. 8). Não seria forçoso reconhecer que esse *sistema geral de leitura* se aproxima do que Mikhail Bakhtin chamou de "campo de comunicação" em sua própria definição de gênero discursivo (Bakhtin, 2011, p. 262). Com isso, quero enfatizar que um gênero não existe por si mesmo, de forma isolada, mas sim em um espaço social e discursivo que envolve tanto o seu produtor como o seu receptor, além, obviamente, do meio em que circula. Por conseguinte, para a compreensão plena do memorial como gênero, não há como desconsiderar o contexto privilegiado

de sua emergência pública, ou seja, o próprio momento de apresentação e diálogo com a banca. Se, então, trata-se de um pacto implícito, de um contrato não enunciado entre as partes (o professor que tenta a promoção, a banca que o avalia em sua tentativa e a instituição que estabelece as regras e legitima a avaliação), o que está em jogo neste pacto? Quais as condições para que o contrato seja mantido?

Considerando essa proposta de definição do gênero, pode-se sugerir que a função de um memorial adjetivado como *acadêmico* não é a preservação da memória no presente ou sua projeção futura (um dos significados do termo memorial). Sem se confundir com a autobiografia, ele tampouco é uma espécie de monumento de si para a posteridade. Proponho que, para o memorial, segundo a compreensão particular aqui defendida, se ele preserva ou projeta algo, pode-se dizer que este algo é a *persona acadêmica* do historiador que o escreve. As condições do contrato de leitura estão estipuladas pela natureza dessa *persona*, restando avaliar se ela cumpre os protocolos institucionais para o lugar pretendido. O pacto, portanto, é esse: na feitura do memorial que funciona como documento administrativo e requisito parcial para promoção na carreira, o avaliado deve demonstrar aos avaliadores e à instituição: "reconhecimento e liderança acadêmica; geração de conhecimento; formação de recursos humanos; atividades administrativas e outros"[6]. Mas o pacto precisa ainda respeitar uma espécie de regra não escrita e que parece ter se imposto de forma incontornável em razão da própria historicidade do gênero: o caráter narrativo e subjetivo do memorial. Embora a norma não explicite o que efetivamente é entendido como memorial, seria talvez, uma quebra de contrato ou ruptura do pacto se aquela demonstração dos requisitos demandados fosse feita hoje, tal como o era em meados do século passado, mediante a frieza de um documento que contivesse tão somente a cópia do Currículo *Lattes* e seu material comprobatório.

Como sugere Wilton Carlos Lima da Silva, "o memorial acadêmico apresenta uma dimensão subjetiva que transcende a linguagem dos documentos burocráticos e seus discursos formalizados, de maneira asséptica, cientificamente ponderada e tecnicamente equilibrada que caracterizam a escrita de viés administrativo, ao incorporar uma dimensão narrativa na qual a subjetivação tem maior centralidade" (Silva, 2014, p. 108). Afinal, se o gênero se situa em um "sistema geral de leitura" ou no que Bakhtin chamou de "campo de comunicação", as expectativas voltadas a ele, sobretudo em um contexto marcado por aqueles variados giros anteriormente indicados, são as de que o sujeito, atravessado pelos afetos íntimos e sociais, revele-se como performance, e tanto melhor se essa revelação trouxer algo de literário em sua expressão. Na medida em que dificilmente alguém tentaria a sorte no processo de promoção sem atender minimamente às exigências protocolares

6 Segundo as normas estabelecidas em minha instituição: UFRGS. Decisão nº 232 de 2014 do Conselho Universitário, p. 7.

(título de Doutor, interstício de dois anos desde a classe de Professor Associado 4) e sem contabilizar os pontos necessários definidos por uma planilha quantificável da produção intelectual, toda a eficácia da performance acaba por estar, em larga medida, dependente da natureza e da qualidade da narrativa que é apresentada *enquanto* memorial.

Mariana Luz Pessoa de Barros destaca que "prevalece nos memoriais acadêmicos a *narração*, pois eles concretizam atores, tempos e espaços figurativamente e relatam transformações de estado, sendo marcados pela noção de progresso temporal" (Barros, 2012, p. 151). Em outras palavras, é possível considerar que a narrativa está ali porque, no fundo, aquilo de que se trata é a própria temporalidade da trajetória narrada. Nas palavras da autora, "o sujeito que se recorda de seu passado não quer colocar 'data em sua existência', prefere antes 'encher o tempo'" (Barros, 2012, p. 8). Nesse sentido, não basta o ordenamento cronológico, mas sim a organização temporal. Ora, sabemos depois de Ricoeur e de muitos outros que isso apenas pode ocorrer satisfatoriamente quando a narrativa entra em cena. Sendo assim, o que há para ser narrado em um memorial?

Comentei acima que, num memorial, a carreira pode ser pensada como obra. Nesse sentido, é da obra que se trata nessa forma particular de narrativa. Mas outra precisão se faz necessária a partir da pergunta: *o que é essa persona acadêmica que o memorial pretende botar em cena*? As seções seguintes oferecerão respostas possíveis a ela.

O memorial como *estória*

Primeiro, o "botar em cena". A narrativa de caráter subjetivo de um historiador sobre si mesmo não é nenhuma novidade ou aparição recente, mesmo que, para muitos, seja considerada como algo raro e vista com reticências por praticantes do ofício (Popkin, 2005; Aurell, 2016). Não há dúvida, porém, de que desde o último quarto do século XX tal modalidade de escrita passou a ocupar um lugar distinto do que assumia anteriormente. Se os referidos giros (linguístico, subjetivo, performativo etc.) ajudam a situar contextualmente a questão, ela certamente possui razões um tanto mais complexas e difíceis de mapear aqui integralmente. Quando, em meados da década de 1980, propôs ao campo historiográfico a criação de um novo gênero, batizado como "ego-história", Pierre Nora advertiu que se tratava de uma resposta para um novo tempo, "uma nova idade da consciência histórica, que nasce do cruzamento de dois grandes movimentos: por um lado, o abalo das referências clássicas da objetividade histórica, por outro, a investigação do presente pelo olhar do historiador" (Nora, 1989, p. 9). Para o historiador e editor francês, as profundas mudanças na consciência histórica, portanto, criavam condições propícias para a emergência de outra forma de escrita por parte dos praticantes da história.

A subjetividade que reemergiu após a anunciada morte do sujeito nos anos 1960-1970 veio

concomitantemente ao privilégio concedido ao tempo presente, cuja datação normalmente também é situada no último quarto do século passado. É possível ainda perceber que subjetividade e tempo presente convergem com outro fenômeno importante que vem caracterizando a historiografia nas últimas cinco décadas: o *boom* memorial ou a chamada voga memorialista (Huyssen, 2000; Bresciani e Naxara, 2001; Hartog, 2003; Robin, 2003). Recentemente, Enzo Traverso se debruçou sobre o tema do lugar ocupado pelo *Eu* na escrita contemporânea da história, expressando certa perplexidade e questionando-se a respeito do impacto positivo ou negativo que a "cultura do *selfie*" teria na produção historiográfica. Cabe destacar que Traverso, ao contrário de Jeremy Popkin e Jaume Aurell, não limita sua indagação ao estudo de ensaios autobiográficos, mas investiga de forma mais geral o papel da subjetividade e da ênfase na personalidade individual de historiadores como tais, ou seja, praticantes do ofício (Traverso, 2002). Para ele, essa forma de escrita subjetivista que manifesta os traços de um individualismo exacerbado vincula-se não apenas à situação presentista, mas também ao individualismo neoliberal que caracteriza boa parte das sociedades contemporâneas.

Como se percebe, investigar com profundidade as causas e os efeitos do problema aqui levantado demandaria mais tempo e espaço do que tenho disponíveis. Para meus propósitos mais limitados, a simples constatação é suficiente: o pendor autobiográfico entre historiadores e historiadoras ocupou um espaço considerável ao longo do século XX, transformando-se significativamente nas duas ou três últimas décadas daquele século[7]. Mas indo um pouco além do diagnóstico, algumas caracterizações conceituais ajudam a encaminhar a ideia de memorial aqui esboçada. Para tanto, o preâmbulo teórico oferecido por Aurell em seu livro parece ser um caminho propício, requerendo, por sua vez, algumas adaptações ao gênero por mim vislumbrado, o qual, como ressaltado anteriormente, embora mantenha certa relação de vizinhança, não se justapõe plenamente à autobiografia.

De início, tomo como empréstimo uma categoria que parece interessante não apenas pelo que indica, mas também pelo que ecoa: penso o memorial como um *artefato acadêmico*. Nas palavras do historiador catalão, autobiografias "podem também ser consideradas artefatos acadêmicos porque nos permitem negociar tendências historiográficas e intelectuais com mais profundidade e abordar a questão do potencial dessas autobiografias para compreender a evolução teórica da disciplina da história, a maneira como a história tem sido interpretada pelos historiadores e as correntes de pensamento e ideologias que influenciaram seu desenvolvimento nos séculos XX e XXI" (Aurell, 2016, p. 4). No caso da definição de memorial aqui esboçada, é o jogo entre a memória individual

7 Em seu alentado estudo, Jaume Aurell (2016) contabilizou cerca de 450 escritos autobiográficos que lhe serviram de material empírico para sua pesquisa, debruçando-se particularmente sobre o século XX e início do XXI.

e a história do campo disciplinar que me parece relevante mencionar: se a disciplina da história serve de estrutura contextual em que situar a trajetória de quem escreve o memorial, a dimensão de autocrítica implicada no gesto de narrar essa trajetória permite compreender sob outras perspectivas o próprio desenvolvimento do campo ao qual tal pessoa é contemporânea. Isso não significa arrogar-se o lugar de alguém significativamente representativo ou cuja atuação teve algum impacto decisivo sobre o campo, mas possibilita um deslocamento do olhar ao percebê-lo a partir de dentro e não como se fosse um objeto à parte de seu próprio exercício historiográfico.

Por outro lado, o termo escolhido pelo historiador catalão não foi ao acaso, pois remete explicitamente ao ensaio publicado em 1974 por Hayden White, intitulado provocativamente "*O texto histórico como artefato literário*" (White, 1978). Com isso, Aurell busca enfatizar que as relações entre forma e conteúdo não podem ser encaradas de maneira isolada ou com o predomínio de um dos elementos. No caso dos memoriais acadêmicos, implica reconhecer que a trajetória profissional narrada não é simplesmente encontrada fora do texto que a pretende organizar narrativamente, mas também em alguma medida inventada na própria narrativa. White dialoga mais diretamente com as questões aqui envolvidas, quando coloca a si mesmo a pergunta: "a minha vida é uma estória [*story*]?" (White, 2023). Para ele, é a "estória", ou seja, a colocação em enredo [*emplotment*] da experiência pessoal o que possibilita dotar tal experiência de coerência e, sobretudo, de inteligibilidade. Do contrário, o que restaria seria tão somente o amontoado de fatos marcados pelos fios desconectados do acaso ou da sorte, por vezes com algum vínculo frágil costurado pelas intenções e projetos que buscam conjurar o caráter fortuito das contingências; enfim, os traços próprios que caracterizam as vidas comuns das pessoas. Em sua lapidar construção, "estórias são um modo de destilar sentido do fato [*stories are a way of distilling meaning out of fact*]" (White, 2023, loc. 384).

Contudo, é justamente neste ponto, entre o dado (da vida) e o inventado (do relato), que se colocam os problemas a respeito da legitimidade daquilo que é narrado. Afinal, pergunta-se White, "ao moldar uma vida na forma de uma estória, não estou ficcionalizando-a?" (White, 2023, loc. 382). E quando o ficcional ou a autoficção tomam lugar, como distinguir, em uma narrativa que depende em grande medida da memória, aquilo que é efetivamente lembrado daquilo que se imagina (ou se *ficcionaliza*) ao recordar? (Klinger, 2008; Azevedo, 2008). Quando o simples encadeamento de documentos comprobatórios que dão lastro empírico ao currículo não é suficiente, uma vez que, como já sugerido, isso rompe o pacto de leitura que hoje um memorial impõe a seu autor, em que fundar a legitimidade deste gênero fronteiriço entre a história e a memória? Para o autor, "estórias existem na consciência ou na linguagem, mas não nas coisas. Se aplicadas a coisas reais como instrumentos de representação, estórias precisam ser inventadas; elas não são encontradas. Sua eficácia – como verdades supostas sobre coisas reais, ou como instrumentos de autoidentificação (de indivíduos ou coletividades) – depende da habilidade do narrador [*storyteller*] em adaptar o tipo

de enredo [*plot-type*] culturalmente fornecido aos materiais brutos (caóticos) do curso de vida de um determinado sujeito" (White, 2023, loc. 390). Chegamos assim ao próprio dilema que caracteriza as relações entre memória e história segundo a reflexão de Ricoeur (2000): o problema da fidelidade da memória e da veracidade da história.

Pois bem, colocada a dificuldade teórica que a compreensão de memorial aqui buscada cria a quem se aventura pelo gênero, resta explicitar a forma como se tentará contorná-la. Um primeiro movimento é o de retornar à ideia de memorial como artefato acadêmico oferecida por Jaume Aurell e reter dela um elemento fundamental: o fato de que, como produto de práticas culturais, tal artefato carrega uma dimensão performativa intrínseca. Nesse sentido, a escrita de um memorial deve ser pensada como a expressão de um gesto mais amplo que, além de uma escrita de si, pode ser encarado como uma forma de *performance*. Desse postulado, resulta uma pergunta que lhe é correlata: sendo performativo o gesto, o que, afinal, está sendo efetivamente performado? Respondo: uma identidade acadêmica. A essa identidade a instituição dá o nome de Professor Titular – expressão que, por vezes encarada como sinal de prestígio e noutras como mera nomenclatura funcional, representa o ápice da carreira docente. O jogo que se desenrola no memorial, portanto, é aquele em que quem escreve pretende convencer quem está lendo de que é possível, segundo as regras vigentes, estabelecer o vínculo entre, de um lado, o nome próprio que ocupa o lugar de autor-narrador e, de outro, o nome institucional vinculado a uma classe na carreira, definida administrativamente como classe E ou, justamente, Professor Titular.

O jogo será bem-sucedido se, ao final, for permitido inserir, após o nome próprio, o nome institucional: *Fulano, Professor Titular*. Para isso, é preciso que o memorial seja exitoso em revelar que tanto aquele que narra como aquele que é narrado, afinal, são figuras que se justapõem no gênero e assumem plenamente os traços do que será aqui considerado uma *persona acadêmica*.

Professor Titular, uma persona acadêmica

Depois da cena, a *persona*. Resta, por fim, considerar que a ideia de *persona* a ser desdobrada não é encarada tão somente como o produto discursivo que resulta da escrita do memorial: ela não é tão somente sua consequência lógica. O próprio ato de vislumbrá-la como anterior à escrita já assume, em si mesmo, as feições performativas que caracterizam a ação-atuação dessa *persona*. Caberá defini-la e, para tanto, algumas perguntas servem como norteadoras. De que *persona* se trata, afinal? E considerando o espaço em que ela se manifesta (um memorial), que relações podem ser estabelecidas entre memória e *persona*? Ou melhor: de que forma o relato memorial funciona como manifestação e constituição dessa *persona*? A *persona* é aquela que recorda ou é a própria coisa recordada? Para finalizar, seguirei pela via que considera o memorial como gênero estabelecido na tensão entre memória e *persona*.

Gadi Algazi sugere que o termo *persona* vem sendo mobilizado a partir de três usos distintos. Primeiro, como o equivalente à imagem que alguém constrói sobre si mesmo ["*an individual person's crafted image*"]. Segundo, como "o conjunto de ideais reguladores encarnados [*made flesh*], de um compromisso com valores morais e cognitivos compartilhados" (Algazi, 2016, p. 8). Como exemplo, o autor sugere que esse uso diz respeito ao que precisa ser feito para ser um verdadeiro historiador. Terceiro, como persona entendida "como um modelo cultural para um papel social codificado – o homem de letras, o cientista e assim por diante – emergindo na interseção de forças sociais contraditórias: não uma corporificação clara dos valores compartilhados de um grupo de praticantes, mas antes um compromisso histórico instável" (Algazi, 2016, p. 8). Embora de alguma forma as três modalidades de uso dialoguem entre si, são sobretudo as duas últimas as que interessam mais de perto, na medida em que indicam o compromisso com determinados requisitos institucionais, disciplinares e profissionais (o segundo uso), mas também as formas de reconhecimento público necessárias para uma determinada prática conferir legitimidade social aos seus praticantes (o terceiro uso).

O recurso à noção de *persona* ecoa debates que, iniciados a partir da filosofia da ciência, encontraram recentemente ressonância no campo historiográfico fora do país, com nomes como Herman Paul; no Brasil, com as contribuições de João Ohara, entre outros (Paul, 2011, 2014, 2017; Ohara, 2016, 2017, 2019). Ao reconhecer o impacto que o giro performativo teve nas humanidades, Paul considera a noção de *persona* uma categoria propícia para deslocar o olhar que a teoria da história (ou, no caso do autor, a filosofia da história) projeta sobre a historiografia e sobre a atuação dos historiadores, deslocando a ênfase quase exclusiva dada aos seus produtos ["*historians output*"] e focando no processo de produção. Para ele, a "historiografia [*historical scholarship*] é uma prática de leitura, de reflexão, de discussão, de escrita, na qual performances bem-sucedidas requerem o cultivo ativo de certas habilidades [*skills*], atitudes e virtudes" (Paul, 2011, p. 1). Em outras palavras, trata-se de, sem desconsiderar completamente os escritos [*writings*], atentar de forma mais cuidadosa aos fazeres [*doings*] dos historiadores. São esses fazeres que definem os aspectos característicos de uma persona acadêmica que, para Paul, é definida segundo a incorporação e o exercício de virtudes e disposições epistêmicas reconhecidas como requisitos para a boa prática historiográfica. Além disso, algo particularmente importante para as considerações aqui expostas, a *persona* é situada no espaço entre a dimensão biográfica do indivíduo e a dimensão social da instituição (Paul, 2014).

Para Herman Paul, *as personas acadêmicas* são igualmente formas de moldagem do *Eu* [*self*] ou, nas palavras foucaultianas de João Ohara, modos de subjetivação (Ohara, 2016). Constituir-se como um historiador significa cultivar certos valores, assumir certas disposições, desempenhar certas funções, professar certos compromissos, praticar certas habilidades que, ao final, conformam

o historiador como um sujeito reconhecido profissional e socialmente. Nesse sentido, envolve toda uma tecnologia de si que – este é meu argumento – pode encontrar expressão ou ser manifestada a partir de determinadas formas de escrita de si. Se o diário íntimo, as confissões, os relatos autobiográficos, os ensaios de ego-história podem ser lidos como expressões da *persona* que ocupa o lugar de autor, o mesmo pode ser dito dos memoriais acadêmicos. Neste caso, o gênero memorial é também a colocação em enredo (o gesto de *emplotment* de que fala Hayden White) da trajetória constitutiva de uma determinada *persona* que, diferente daquela manifestada em autobiografias ou ego-histórias, assume certas particularidades.

Se a *persona* é, portanto, uma construção talhada a partir de protocolos que variam entre pendor individual e injunções sociais, qual o papel preciso da memória nessa construção? Em outras palavras, que *persona* é essa que escreve e é escrita num memorial? Obviamente, o protocolo exige que seja uma pessoa dedicada aos afazeres intelectuais da pesquisa, às atividades didáticas da docência e da orientação, às tarefas administrativas da instituição; exige, ainda, que tais realizações, da forma como são conduzidas, sejam suficientes para cumprir os requisitos de promoção na carreira e, com isso, agregar mais uma camada que possibilite considerar essa nova dimensão da *persona* acadêmica: a de Professor Titular. A função do memorial neste processo é oferecer às partes que mantêm o contrato de leitura os elementos específicos dessa dimensão própria. A *persona acadêmica* manifestada num memorial é, ao mesmo tempo, aquela do docente, do pesquisador, do orientador, do extensionista, do administrador e – não menos importante e talvez mais relevante aos propósitos do gênero – a do servidor público comprometido com a instituição.

Escrever um memorial como requisito à promoção funcional é, em certa medida, e parafraseando a famosa indagação de Michel de Certeau, responder às perguntas: *o que fabrica o historiador quando se torna servidor público? O que fabrica o servidor público quando faz história?* Todo memorial acadêmico é, em alguma medida, uma forma de responder a elas. Mas uma última consideração precisa ser feita. Se a *persona acadêmica* está ligada a determinadas virtudes e disposições, é fundamental precisar de que elas tratam no caso do memorial. Indo direto ao ponto, diria que, embora estejam contempladas de alguma forma, os fatores norteadores aqui não são apenas as virtudes éticas (que conformam um sujeito moral) e as disposições epistêmicas (que delimitam um sujeito disciplinado), mas igualmente o compromisso e o engajamento institucional a partir dos requisitos definidos pela norma que prevê a avaliação. Como já indicado anteriormente, num memorial o sujeito narrado é também um sujeito avaliado. Obviamente, os critérios da avaliação medem tanto integridade moral do autor quanto a integridade epistemológica de sua obra, mas verificam ainda sua integridade funcional. Ao lado do *scholarly self*, portanto, é o *institutional self* que é produzido no processo de subjetivação que caracteriza a obra.

Situado, portanto, entre o pessoal e o institucional, o memorial articula também os discursos

da memória (o ato mnemônico de seu autor) e da história (a investigação que complementa o referido ato) na forma de uma escrita de si, quando os limites entre o narrador e aquele que é narrado se tornam menos precisos. Dessa forma, há ainda outra característica do pacto que precisa ser mencionada, uma vez que é igualmente fundante dos traços da persona aqui exposta. Na medida em que o memorial deve ser subsidiado por um material comprobatório, ele se situa ao mesmo tempo no plano da veracidade (a documentação anexa) e da sinceridade (a memória relatada) (Gomes, 2004, p. 17). Dito de outra forma, trata-se de um discurso que é tanto comprovado (verdadeiro) quanto verossímil (sincero). Como aponta Mariana de Barros, os memoriais acadêmicos se baseiam em um contrato de veridicção em que os efeitos de verossimilhança e de realidade se somam para garantir que o que é narrado é verdadeiro e que a narrativa é sincera: se a verdade se assenta na documentação subsidiária, a sinceridade reside na forma como a narrativa é organizada e, assim, no modo pelo qual os tempos da obra são ordenados (Barros, 2012, p. 147).

E ao final, com o relato organizado e a ordenação do tempo, o que aparece é essa persona específica, atravessada pelas lembranças pessoais e pela duração que a instituição define, constituída pelo muito que a memória oferece e pelo tanto que a história possibilita, essa persona que, no fundo, prescinde de qualquer outro qualificativo colocado após a plena palavra que a significa: professor.

Referências

ALGAZI, Gadi. Exemplum and Wundertier. Three concepts of the scholarly persona. **Low Countries Historical Review**, vol. 131, n. 4, 2016.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARFUCH, Leonor. **A vida narrada. Memória, subjetividade e política**. Tradução de Diana Klinger e Paloma Vidal. Rio de Janeiro: Editora UFRS, 2023.

AURELL, Jaume. **Theoretical perspectives on historian's autobiography. From documentation to intervention**. New York: Routledge, 2016.

AZEVEDO, Luciene Almeida de. Autoficção e literatura contemporânea. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, n. 12, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. *In*: **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BARROS, Mariana Luz Pessoa de. **O discurso da memória**. Entre o sensível e o inteligível. São Paulo: FFLCH-USP, 2012.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, vol. 62-63, 1986.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.), **Memória e (res)sentimento:** indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CÂMARA, Sandra Cristinne Xavier da. **O memorial autobiográfico. Uma tradição acadêmica no ensino superior no Brasil.** Tese de doutorado em Educação. Natal: UFRN, 2012.

CÂMARA, Sandra Cristinne Xavier da; PASSEGGI, Maria da Conceição. Memorial autobiográfico: uma tradição acadêmica no Brasil. In: PASSEGGI, Maria da Conceição; VICENTINI, Paula Perin; SOUZA, Elizeu Clementino de (orgs.). **Pesquisa (auto)biográfica. Narrativas de si e formação**. Curitiba: Editora CRV, 2013.

FABRE, Michel. Faire de sa vie une oeuvre. **L'orientation scolaire et professionnelle**, vol. 33, n. 4, 2004.

FOUCAULT, Michel. L'écriture de soi. In: **Dits et écrits II, 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

HARTOG, François. **Régimes d'historicité**. Présentisme et expérience du temps. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUYSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Acroplano, 2000.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Lima: Instituto de Estudos Peruanos, 2012.

KLINGER, Diana. Escrita de si como performance. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, n. 12, 2008.

LEJEUNE, Philippe. **Le pacte autobiographique**. Paris: Éditions du Seuil, 1996.

MARTON Scarlett Zerbetto. **Memorial.** São Paulo: FAFICH-USP, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. II Consideração intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida. *In*: **Escritos sobre a história**. Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Editora PUC/RJ; Edições Loyola, 2005.

NORA, Pierre. Apresentação. *In*: **Ensaio de ego-história**. Lisboa: Edições 70, 1989.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. The disciplined historian: 'epistemic virtue', 'scholarly persona', and the practices of subjectivation. A proposal for the study of brazilian professional historiography. **Práticas da História**, vol. 1, n. 2, 2016.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. **Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990)**. Tese em história. Unesp: PPG-História, 2017.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. Ética, escrita e leitura da história: os problemas da expectativa e da confiança. **Revista de História**, n. 178, 2019.

PAUL, Herman. Performing history: how historical scholarship is shaped by epistemic virtues. **History and Theory**, n. 50, 2011.

PAUL, Herman. What is a scholarly persona? Ten theses on virtues, skills, and desires. **History and Theory**, n. 53, 2014.

PAUL, Herman. What defines a professional historian? A historicizing model. **Journal of the Philosophy of History**, n. 11, 2017.

POPKIN, Jeremy. Coordinated lives: between autobiography and scholarship. **Biography**, vol. 24, n. 4, 2001.

POPKIN, Jeremy. **History, historians & autobiography**. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

RÉMOND, René. O contemporâneo do contemporâneo. *In*: NORA, Pierre. **Ensaio de ego-história**. Lisboa: Edições 70, 1989.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Campinas: Papirus, 1994.

RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris : Éditions du Seuil, 2000.

ROBIN Régine. **La mémoire saturée**. Paris: Éditions Stock, 2003.

SARR, Mohamed Mbougar. **A mais recôndita memória dos homens**. Tradução de Diogo Cardoso. São Paulo: Fósforo, 2023.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. Quando a experiência acadêmica se transforma em experiência de escrita: memoriais acadêmicos como autobiografias. **Cadernos de História**, vol. 9, n. 1, 2014.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. A vida, a obra, o que falta, o que sobra: memorial acadêmico, direitos e obrigações da escrita. **Tempo & Argumento**, vol. 7, n. 15, 2015a.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. Para além da ego-história: memoriais acadêmicos como fontes de pesquisa autobiográfica. **Patrimônio e Memória**, vol. 11, n. 1, p. 2015b.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. Saber se inventar: o memorial acadêmico na encruzilhada da autobiografia e do egodocumento. **Métis: História & Cultura**, vol. 15, n. 30, 2016.

TRAVERSO, Enzo. **Pasados singulares**. El 'yo' en la escritura de la historia. Madrid: Alianza Editorial, 2022.

WHITE, Hayden. The historical text as literary artifact. *In*: **Tropics of discourse**. Essays in cultural criticism. Baltimore: John Hopkins University Press, 1978.

WHITE, Hayden. Is my life a story? *In*: **The ethics of narrative, volume 2**. Essays on history, literature, and theory, 2007-2017. Ithaca: Cornell University Press, 2023.

Informações Adicionais

Biografia profissional:

Professor do Departamento de História da UFRGS, é membro do Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (LUPPA) e pesquisador do CNPq. Foi professor convidado na Universitat de Barcelona e na Université Paris 8-Vincennes Saint Denis. Dedica-se aos estudos sobre teoria da história e história da historiografia.

Endereço para correspondência:

Av. Bento Gonçalves, 9.500 – IFCH/UFRG, Porto Alegre/RS, 91.509-900.

Financiamento:

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Agradecimento:

Agradeço à comissão de avaliação pelo diálogo mantido na manhã de 21 de outubro de 2024: José Rivair Macedo, Ana Maria Mauad, Valdes Lopes de Araujo e Marlon Salomon. Agradeço ainda ao amigo Temístocles Cezar, leitor constante de meus textos, e a Caroline Silveira Bauer, companheira incondicional em minha trajetória acadêmica. Por fim, aos amigos Alexandre Avelar e Mateus Pereira pelas trocas durante nossos processos de promoção a Professor Titular.

Conflito de interesse:

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

Aprovação no comitê de ética:

Não se aplica.

Contexto de Pesquisa

O artigo deriva do processo de promoção funcional para a categoria de Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, finalizado com a apresentação de meu Memorial Acadêmico para a comissão de avaliação em 21 de outubro de 2024.

Preprint

O artigo não é um preprint.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Não se aplica.

Editores responsáveis

Rebeca Gontijo – Editora-chefe

Karina Anhezini – Editora executiva

Direitos autorais

Copyright © 2026 Fernando Nicolazzi

Histórico de avaliação

Data de submissão: 18/09/2025
Data de aprovação: 04/03/2025

Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

